



ESTADO DO TOCANTINS
CÂMARA MUNICIPAL DE TAGUATINGA - TO
CNPJ: 04.221.258/0001-79

ATA DA SEGUNDA REUNIÃO DA SEXTA SESSÃO ORDINÁRIA DO LEGISLATIVO MUNICIPAL NO EXÉRCICIO DE 2026.

Presidente: Harles Evangelista dos Santos
Vice- Presidente: Esmaélio Pereira da Silva
Primeiro Secretário: José Aires Mendes Neto
Segundo Secretário: César Flor da Silva (Carias)

Aos 25 (Vinte e cinco) dias do mês de agosto do ano de 2026, nesta cidade de Taguatinga, Estado do Tocantins, no Plenário da Câmara Municipal José Luiz Teixeira, em horário regimental, reuniram-se o Senhor Presidente Harles Evangelista dos Santos e os demais Edis: Valdenor Melo Barreto, Domingos Tavares Barbosa, Leiva Borges Evangelista (Pinha), João Pereira da Silva (JP), José Aires Mendes, Cesar Flor da Silva (carias), Lucas Alves Nascimento e Esmaélio Pereira da Silva. Dando início aos trabalhos, o Senhor Presidente proferiu as seguintes palavras: “SOB A PROTEÇÃO DE DEUS, HAVENDO NÚMERO LEGAL, EM NOME DO POVO DE TAGUATINGA DECLARO ABERTA A PRESENTE SESSÃO.” Em seguida o Senhor Presidente convidou Wesley Nonato para realizar a leitura bíblica, o mesmo procedeu em Salmos 46, sendo lido alguns versículos, seguida de uma oração espontânea.

Logo após foi realizada a leitura da ata da sessão anterior, sendo a mesma aprovada sem ressalvas.

Na Ordem do Dia, foi realizada a primeira discussão e votação do Projeto de Lei nº 08/2026, que dispõe sobre a Política Municipal de Equidade e Educação para as Relações Étnico-Raciais na Rede Municipal de Ensino de Taguatinga. As Comissões de Constituição, Justiça e Redação; de Finanças, Orçamento, Tributação, Fiscalização e Controle; e de Educação, Cultura, Desporto e Meio Ambiente emitiram pareceres

favoráveis à matéria. Submetido à primeira votação, o Projeto de Lei nº 08/2026 foi **aprovado por unanimidade** em primeira votação.

Votação do Projeto de Resolução nº05/2026, que dispõe sobre a concessão de férias anuais remuneradas, acrescidas do terço constitucional aos vereadores da câmara municipal de Taguatinga –TO. As comissões de Constituição, Justiça e Redação; Finanças, Orçamento, Tributação, Fiscalização e Controle emitiram pareceres favoráveis a matéria. O projeto foi aprovado por unanimidade dos vereadores presentes.

Não havendo mais matérias na ordem do dia, o Senhor presidente franqueou a palavra.

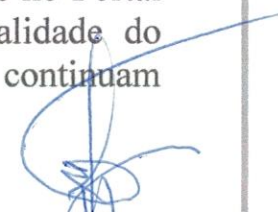
Na sequência, fez uso da palavra o Vereador Valdenor, que cumprimentou os presentes e solicitou o apoio dos demais vereadores para convocação do Diretor do Hospital Municipal, a fim de prestar esclarecimentos acerca do afastamento da médica Dra. Joyce, destacando sua atuação profissional.

Em seguida, fez uso da palavra o Vereador Lucas, que parabenizou a Prefeitura Municipal pelos festejos da Paróquia Nossa Senhora da Abadia e todos os envolvidos pela organização do festejo, destacando a participação da população, dos visitantes, as cavalhadas, os shows e a contribuição do evento para o comércio local.

Na sequência, os vereadores Valdenor e Domingos Tavares manifestaram preocupação quanto à execução e aos custos da obra da usina solar, solicitando esclarecimentos dos responsáveis pela obra e do secretário competente acerca dos procedimentos adotados, do planejamento e da execução do empreendimento. Ressaltaram a necessidade de transparência e de providências por parte do Poder Legislativo, inclusive com a convocação dos responsáveis para prestarem os devidos esclarecimentos à Câmara e à comunidade.

Durante a discussão sobre a usina fotovoltaica, o Vereador Esmaelio esclareceu que as placas solares não estão sendo retiradas para venda, mas redistribuídas entre a usina e os prédios públicos municipais, em razão da capacidade da rede elétrica, destacando que a medida busca garantir o aproveitamento dos equipamentos e evitar prejuízos ao Município.

O Vereador Lucas acrescentou que a redistribuição ocorreu em razão da limitação da rede elétrica para receber toda a capacidade da usina, informando que os contratos referentes à recolocação das placas nos prédios públicos estão disponíveis no Portal da Transparência. Ressaltou, ainda, que, em seu entendimento, a finalidade do investimento permanece sendo cumprida, uma vez que os equipamentos continuam destinados ao atendimento dos prédios públicos municipais.



O Vereador Zé Dolinha manifestou entendimento favorável à medida, considerando sensata a utilização das placas nos prédios públicos diante das limitações existentes na rede elétrica. Destacou que o objetivo é evitar que os equipamentos permaneçam inutilizados ou se deteriore, possibilitando a redução das despesas de energia do Município, até que seja possível viabilizar a estrutura necessária para o pleno funcionamento da usina.

O Presidente Harles parabenizou os vereadores pelas explicações e ressaltou que a finalidade do projeto é atender à demanda de energia dos prédios públicos municipais, destacando que a redistribuição das placas mantém o propósito do investimento e permite seu aproveitamento em benefício do Município.

O Vereador Domingos Tavares solicitou que constasse em ata que, em nenhum momento, afirmou ou insinuou que as placas solares estivessem sendo roubadas. Esclareceu que seu questionamento se deu pelo fato de as placas estarem sendo retiradas do local onde se encontravam instaladas, razão pela qual solicitou esclarecimentos sobre para onde os equipamentos estão sendo levados e qual será a sua destinação.

Não havendo mais vereadores interessados em fazer uso da palavra, o Senhor Presidente declarou encerrada a presente sessão.

Eu, Cléia Rodrigues Barbosa, lavrei a presente ata, que após lida e achada conforme, será assinada por mim, pelo Senhor Presidente e pelos vereadores acima mencionados.

Cléia Rodrigues Barbosa,
José Aires Mendes Neto,
Leandro dos Santos

